



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria Executiva

Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II – Fase 2

Ata da II Reunião da Comissão de Supervisão do PNMA II

Data: 28 de junho de 2012

Início da reunião: 14hs

Local: Sala de reuniões do 8º andar (830) – Esplanada dos Ministérios – Bloco B – Brasília/DF.

Participantes:

Membros da Comissão:

Renato Rosenberg (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Jesus Luis Varela Vazquez (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Roseli dos Santos Souza (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **SMCQ/MMA**), Gunter Assis Moraes (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **SMCQ/MMA**), Moacir Moreira Assunção (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – **SRHU/MMA**), Maria Silvia Rossi (Associação Brasileira de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – **ABEMA**), Tadeu da Silva Santos (Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – **CNEA**), Sergio de Freitas Monforte (Confederação Nacional da Indústria – **CNI**).

Demais Presentes:

Francisco Gaetani (Titular da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente – **SECEX/MMA**), Verônica Marques Tavares (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - **IBAMA**), Carla Aparecida Magalhães Carsten Braga de Miranda (Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – **SAIC/MMA**), Pedro Alexandre Rodrigues Christ (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **SMCQ/MMA**), Giovanna Palazzi (Departamento de Áreas Protegidas - **SBF/MMA**), Sérgio Henrique Collaço de Carvalho (Departamento de Áreas Protegidas - **SBF/MMA**), Pablo Ramosandrade Villanueva (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Regina Lúcia Nogueira (Programa Nacional do meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Antônio Alberto Ferreira da Silva (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Eduardo da Silva Palma (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Bruna Moschem de Nadai (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Ana Maria Vieira dos Santos Neto (Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – **SAIC/MMA**), Eduardo Mattedi Furquim Werneck (Departamento de Coordenação do Sisnama – **DSIS/MMA**), Ugo E. Vercillo (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - **ICMBio**), Rose Cardoso ((Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - **ICMBio**).

Pauta :

- Situação atual da carteira de projetos;
- Apresentação e deliberação de novos projetos;
- Discussão sobre estratégia de atuação com os estados.

Aos vinte e oito de junho de dois mil e doze ocorreu a segunda Reunião da Comissão de Supervisão do PNMA, no edifício sede do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A abertura foi realizada pelo Secretario Executivo do MMA,



Dr. Francisco Gaetani, o qual relatou que quando chegou ao MMA deparou com uma situação de baixa execução do PNMA II. Tal situação foi atribuída a fatores como fragilidades na administração financeira, legislação e dificuldade da área técnica especificar suas necessidades de contratação. Afirmou, ainda, que encontrou um quadro caracterizado por uma estrutura grande, muitos profissionais tercerizados e baixa execução. No entanto, atualmente a estrutura é menor e o quadro é de servidores públicos. Portanto, embora haja um longo processo pela frente e ainda exista a necessidade de melhora na elaboração dos Termos de Referência, na aplicação da Lei 8.666 e das regras do Bird (Banco Mundial), têm ocorrido avanços com apresentação de melhores projetos e, a seguir, precisou deixar a reunião. Após a saída do Secretário Executivo, o Coordenador-Geral do PNMA, Renato Rosenberg, convidou os participantes a se apresentarem. A representante da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC/MMA, Carla Aparecida Magalhães Carsten Braga de Miranda, agradeceu a oportunidade e agradeceu ao PNMA pelo apoio e o aprendizado e afirmou a importância do projeto que está sendo desenvolvido. Agradeceu, ainda, o empenho dos analistas ambientais do PNMA, Antônio Alberto Ferreira da Silva e Bruna Moschem de Nadai. Por sua vez, a representante da Associação Brasileira de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, Maria Silvia Rossi, ressaltou a importância da realização da reunião para a apresentação da situação dos projetos e perguntou se ocorreria a deliberação sobre novos projetos. O representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sergio de Freitas Monforte, disse que era sua primeira participação e que era momento de ouvir. O Renato Rosenberg agradeceu a participação de todos e convidou para a apresentação dos projetos em andamento. Antes, reafirmou as colocações do Secretário Executivo de que embora tenham ocorrido vários avanços, ainda não se efetivaram as contratações, e que existem dificuldades de execução em várias áreas, incluindo a ambiental. Salientou a importância de se buscar soluções, haja vista que a questão não é a falta de recursos, e que a parceria com financiadores internacionais cria uma série de atores, aumentando a complexidade do processo. A primeira apresentação foi do projeto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, representado por

Ugo E. Vercillo. O objetivo do projeto é a revisão da instrução normativa de autorização para licenciamento e a elaboração de manuais e curso e capacitação dos servidores do ICMBio para a análise e emissão de autorização para licenciamento ambiental. Informou-se que o Termo de Cooperação se encontra na mesa do presidente do ICMBio para assinatura. A Maria Silvia Rossi sugeriu que mais detalhes do projeto fossem apresentados, já que nem todos os membros estavam presentes na reunião anterior. O Tadeu da Silva Santos (Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA) afirmou a necessidade dos projetos serem enviados com antecedência para análise e que isso já havia sido acordado na reunião anterior. O Renato Rosenberg esclareceu que algumas informações sobre os projetos são sigilosas, pois podem causar prejuízo ao processo de licitação. A Maria Silvia Rossi propôs que fosse enviado pelo menos um resumo. Propôs ainda que no projeto do ICMBio vários EIA-RIMAS (Estudo Prévio de Impacto Ambiental- Relatório de Impacto Ambiental) já realizados poderiam ser aproveitados e que seja acordado com a área de TI que os dados devem ser fornecidos em “shape”. A próxima apresentação de projeto em andamento foi da representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Verônica Marques Tavares, sobre o “Aperfeiçoamento do processo de licenciamento federal”. Relatou-se que o Termo de Cooperação foi assinado no final de maio e atualmente estão sendo finalizados os Termos de Referência dos três macro objetos, a saber, estudo comparativo internacional com as melhores práticas de licenciamento ambiental; definição de matriz de impacto e elaboração de formulários e manuais operativos. A Roseli dos Santos Souza (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental –SMCQ/MMA) indagou se para a construção dos Termos de Referência estão sendo envolvidas todas as áreas, considerando que as necessidades de cada tipologia são diferentes, e propôs que profissionais de outros países fossem convidados a trazerem suas experiências. A Maria Silvia Rossi sugeriu que no módulo final do produto sejam elaborados processos e manuais que possam permitir a capacitação dos estados. O Gunter Assis Moraes (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA) afirmou a importância de serem estabelecidos critérios para os estados participarem da



capacitação e de se definir a quem capacitar. O Renato Rosenberg pontuou que não cabe ao governo federal estabelecer esses critérios, isso deve ser responsabilidade do estado. Por sua vez, o Tadeu da Silva Santos reforçou a colocação do Gunter Assis Moraes dando exemplos e reafirmando a necessidade de se priorizar capacitação de servidores efetivos. A Maria Silvia lembrou a relação governo/estado não é de superioridade e propôs pactuação com os estados, além de sugerir um módulo de capacitação para qualificar os estados que já licenciam. O Sergio de Freitas Monforte, juntamente com a Maria Silvia Rossi, ressaltaram a importância de que a iniciativa privada seja ouvida. A seguir o Sérgio Henrique Collaço de Carvalho (Departamento de Áreas Protegidas - SBF/MMA) apresentou o projeto da SBF referente à proposta de regulamentação dos Artigos 47 e 48 da Lei 9985/2000. O Projeto visa a desenvolver uma metodologia para avaliar o quanto as Unidades de Conservação contribuem para a qualidade da água. Esclareceu que não se trata de cobrança pelo uso da água, mas pelos “serviços ambientais”, haja vista que as Unidades de Conservação favorecem o usuário dos serviços hídricos. A Maria Silvia Rossi salientou a importância de se considerar as leis estaduais e municipais nesse processo. O Moacir Moreira Assunção (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SRHU/MMA) afirmou que hoje ocorre a captação de água de qualidade em parques e Unidades de Conservação sem se pagar por esta qualidade. A próxima apresentação foi realizada pelo Renato Rosenberg sobre o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. O objetivo é reunir informações prioritárias sobre licenciamento, convertendo-as em informações disponíveis e em linguagem comum nacional. O projeto será realizado em cooperação com a Universidade Federal de Minas Gerais, a qual é uma referência em TI governamental, e envolve estados e o CONAMA. Os participantes trouxeram exemplos de outros sistemas que integram sistemas estaduais, como o Sistema Nacional de Segurança Pública e o Sistema Nacional de Estatística de Trânsito. Em relação ao Projeto do Acre, o Renato Rosenberg informou sobre a dificuldade com o SICONV e o esforço que está sendo realizado para a liberação de recursos dentro do prazo permitido por lei. Informou-se também sobre a contratação de serviço especializado para a realização de capacitação de servidores do MMA e de

parceiros institucionais, em Gerenciamento de Processos de Negócios. Afirmou-se que a contratação ainda não foi efetivada por não terem sido apresentadas propostas pelo mercado. A Maria Silvia Rossi questionou a ausência, na reunião, do projeto de definição de metodologia para elaboração do zoneamento ecológico econômico costeiro, apresentado na reunião anterior pela SEDR/MMA, ressaltando o caráter estratégico de sua atuação na zona costeira e marítima do país. O Renato Rosenberg informou que de acordo com decisões do MMA, no momento tem se priorizado a execução e utilização dos zoneamentos e não a discussão de novas metodologias. Na próxima etapa da reunião, foram apresentados novos projetos. Inicialmente, o Ugo E. Vercillo apresentou o Projeto do ICMBio, a saber, apoio ao processo de elaboração de instrução normativa de autorização para licenciamento, elaboração de manuais e curso de capacitação dos servidores do ICMBio para a análise e emissão de autorização para licenciamento. O Tadeu da Silva Santos solicitou que as apresentações sobre os projetos sejam enviadas posteriormente para os membros do Comitê. A seguir, ocorreu a deliberação sobre o mérito do processo. O projeto foi aprovado por unanimidade. O Tadeu da Silva Santos novamente ressaltou a importância de se ter conhecimento sobre os projetos antes da reunião. A Maria Silvia Rossi ressaltou o mérito do projeto. O Renato Rosenberg assumiu o compromisso de enviar o escopo dos novos projetos. O segundo projeto foi apresentado pela representante da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC/MMA, Carla Miranda. Trata-se do desenvolvimento de instrumentos econômicos para gestão ambiental que permitam a negociação de bens e serviços ambientais. Afirmou-se que o projeto visa a levantar boas práticas e possui capilaridade para estados e municípios. A fim de traçar critérios de identificação, serão realizados estudos diagnósticos em uma amostra de dez estados e quinze municípios. Em seguida, será realizada a sua validação e adequação para o resto do país. Após ocorreu a deliberação sobre o mérito do processo. O projeto foi aprovado por unanimidade. A Maria Silvia Rossi ressaltou que os estados têm feito iniciativas tímidas. Indagou, ainda, se a amostra não seria reduzida e se estudos internacionais seriam empregados. O Renato Rosenberg respondeu que os estudos internacionais não são previstos devido à dificuldade de

transfêri-los para a realidade nacional e que muitas vezes os instrumentos econômicos são utilizados de forma equivocada. A Maria Silvia Rossi afirmou que determinadas realidades internacionais podem ser mais próximas à do Brasil do que algumas realidades nacionais. Exemplificou que a realidade da Bolívia pode ser mais próxima à do Amazonas do que a realidade de São Paulo. Ressaltou que o alinhamento com estratégia nacional é importante, mas a partir da regionalização, e que a questão regional deve ser usada como critério. O Tadeu da Silva Santos afirmou que o diagnóstico deve ser abrangente com capacidade de atingir as necessidades de cada estado. Por sua vez, o Moacir Moreira Assunção afirmou que o projeto é ousado e necessário. O Sergio de Freitas Monforte ponderou sobre a importância de considerar impactos do setor produtivo, haja vista que as empresas participantes não podem perder a competitividade, e sobre a questão da contemplação do consumo no projeto. A Maria Silvia Rossi questionou se a questão da certificação será contemplada. A Carla Miranda pontuou a dificuldade da certificação para pequenos e médios produtores devido ao seu custo e que, portanto, não se trata de um objetivo. O Tadeu da Silva Santos salientou a importância do projeto objetivar a redução da injustiça social e ambiental. **Para finalizar a reunião foram feitos os seguintes encaminhamentos: envio da ata; encaminhamento, com antecedência mínima às reuniões, do escopo dos projetos; realizar nova reunião em cerca de 3 meses para dar continuidade ao acompanhamento; e discussão, na próxima reunião, das estratégias com estado.**


RENATO ROSENBERG

Presidente da Comissão de Supervisão do PNMA II

Renato Rosenberg
Coordenador-Geral do PNMA II